

Editorial

Educação, Práticas Artísticas e Inclusão: perspetivas para uma cidadania democrática e cosmopolita

ANTÓNIO ÂNGELO VASCONCELOS

antonio.vasconcelos@ese.ips.pt

Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de Educação

ANA LUÍSA DE OLIVEIRA PIRES

ana.luisa.pires@ese.ips.pt

Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de Educação

As sociedades contemporâneas são marcadas por um conjunto alargado de desafios políticos, sociais, culturais, educativos e artísticos que passam, entre outros aspetos, pelo alargamento dos quadros de referência, pela convivialidade entre diferentes, pelo posicionamento crítico e pelos imaginários criativos. Neste contexto, a compreensão das relações inter e transdisciplinares entre a Educação, Práticas Artísticas e Inclusão afigura-se um contributo relevante, multisituado e multimodal, que poderá contribuir para a criação de novos ou reconfigurados encantamentos com o mundo, com os outros, com os saberes e os conhecimentos.

Educação, Práticas Artísticas, Inclusão, Transformação Social e Democracia

As relações entre Educação, Práticas Artísticas e Inclusão têm-se tornado cada vez mais centrais nos debates sobre cultura, cidadania e transformação social, o que implica perpetuar que as artes (Becker, 1984) deixem de ser compreendidas apenas como uma atividade complementar, como técnicas e estéticas especializadas, como modalidade de entretenimento e passem a desempenhar um papel relevante na construção de vivências educativas, sociais e culturais mais democráticas, sensíveis e participativas (Cruz, 2022; 2023; Matarasso, 2019; 2021). É uma das principais razões resulta do facto de que as práticas artísticas que lhe estão associadas, em separado ou em modalidades híbridas, possibilitam formas de aprendizagem, formais e não formais, que valorizam a diversidade dos sujeitos, ampliam espaços de expressão, de comunicabilidades e de vivência, que questionam modelos excludentes de aprender, de viver, de conviver e de pensar o mundo. As práticas artísticas abrem caminhos para experiências mais plurais, uma vez que trabalham com múltiplas tipologias técnicas e estéticas — abrangendo, por exemplo, o corpo, a imagem, o som, o gesto, a performance, a narrativa, o analógico e o digital — permitindo diferentes modos de participação e de comunicação, individual, coletiva e de inclusão. Inclusão que não deve ser entendida apenas como inserção formal de grupos historicamente excluídos no espaço comunitário, escolar, social e cultural, mas como transformação das próprias estruturas de formação, de cultura e de convivência, uma vez que as diferentes tipologias artísticas apelam e promovem a criação ambientes de escuta, de colaboração e de experimentação coletiva, em que os participantes deixam de ser espetadores e tornam-se agentes da construção do conhecimento, através da estimulação das criatividade, das imaginações da convivialidade entre diferentes (Freire, 2011a; 2011b). Este empoderamento resulta de se pensarem as práticas artísticas também como criadoras de espaços de encontro e de interações entre diferentes geografias culturais e estéticas, entre sujeitos sociais diferenciados, possibilitando formas de convivência baseadas na colaboração e na partilha de experiências, de vivências, modos de ser e de ver. A obra e/ou a prática artística deixa de ser objeto fechado e passa a constituir experiência construída coletivamente entre artistas, participantes e territórios culturais e sociais. As reflexões de Bourriaud (2021) sobre estética relacional ajudam a compreender essa perspetiva. Para este autor, determinadas práticas artísticas contemporâneas produzem “microterritórios de sociabilidade”, criando formas temporárias de convivência e interação entre sujeitos. A arte passa a ser entendida como espaço de relação social e construção partilhada

de experiências reais e simbólicas.

O entender as artes como espaços de relação como co-construtoras de experiências contribuem para que as relações entre Educação, Práticas Artísticas e Inclusão se constituam como um campo estratégico para a construção de sociedades mais democráticas, plurais e socialmente justas. Ao promover experiências coletivas, produzir dissenso e ampliar espaços de participação, as práticas artísticas tornam-se instrumentos fundamentais de elaboração crítica da realidade. Em vez de oferecer respostas fechadas, as práticas artísticas podem criar condições para o debate, para a escuta, para a multiplicidade de vozes, para entendimentos e para a incompletude. Dessa forma, a experiência estética pode ser entendida como exercício de liberdade e de imaginação política, capaz de questionar estruturas de exclusão e abrir novos modos de existência coletiva. Rancière (2009) ajuda a compreender essa relação ao afirmar que a política da arte está ligada à redistribuição do sensível — isto é, à transformação das formas de ver, sentir e participar do mundo comum, inacabado. Pensar a relação entre as artes e a democracia é pensar que as diferentes práticas criativas não consistem apenas em representar temas políticos, mas em criar modos de experiência capazes de deslocar hierarquias e produzir novas formas de convivência. A incompletude, nesse contexto, torna-se uma estratégia política, formativa e artística porque impede o fechamento definitivo dos sentidos.

Educação, Práticas Artísticas, Inclusão e Conhecimento

Neste contexto, a experiência estética não se separa da vida quotidiana, mas constitui uma forma intensificada de relação entre os sujeitos e os mundos. As artes ajudam a criar conhecimento porque reorganizam percepções e permitem novas formas de experiência e interpretação da realidade (Dewey, 2023). Nesse sentido, as práticas artísticas não oferecem apenas representações do mundo, mas criam modos específicos de o perceber. A experiência estética transforma o olhar, o corpo e a relação dos sujeitos com os espaços sociais e culturais que habitam.

Ao produzir deslocamentos perceptivos e novas formas de relação com o mundo, as práticas artísticas ampliam possibilidades de pensamento, de conhecimento do mundo e participação social. Mais do que representar a realidade, a arte cria modos de experienciá-la, interpretá-la e transformá-la. Dessa forma, reconhecer as práticas artísticas como modos de conhecer o mundo implica valorizar a diversidade das experiências humanas e compreender a produção cultural como dimensão fundamental da construção do conhecimento e da vida coletiva.

Na construção do conhecimento, as imagens, performances, sons e narrativas produzem reflexões sobre memórias, identidades, políticas, territórios e existências. Favorecem perspectivas mais plurais de conhecimento ao valorizar experiências culturais, narrativas comunitárias e formas sensíveis de aprendizagem. A arte contribui, como já foi referido, para romper hierarquias entre saberes científicos e saberes sensíveis, reconhecendo a diversidade das experiências humanas. As relações entre práticas artísticas e modos de conhecer o mundo evidenciam que a produção de conhecimento ultrapassa os limites das abordagens estritamente racionais, científicas e académicas. As práticas artísticas constituem-se como modalidades de investigação e compreensão da realidade porque mobilizam experiência sensível, imaginação, memória e percepção crítica.

Por outro lado, nesta construção do conhecimento do mundo, dos mundos, reais ou imaginários, as práticas artísticas vêm questionar epistemologicamente o conhecimento uma vez que, tradicionalmente, o conhecimento foi associado principalmente à racionalidade científica e aos métodos formais de investigação. Contudo, diferentes perspectivas filosóficas, culturais e artísticas passaram a reconhecer que os seres humanos produzem conhecimento também por meio da sensibilidade, da imaginação, da experiência estética e das relações simbólicas estabelecidas com o mundo.

Nesse contexto, as práticas artísticas podem constituir-se como formas específicas de produção de conhecimento, pois possibilitam modos de percepção e interpretação da realidade que ultrapassam dimensões exclusivamente técnicas ou conceituais. Assim, pensar as práticas artísticas como modos de conhecer o mundo implica reconhecer a arte não apenas como expressão subjetiva ou objeto de contemplação, mas como forma legítima de investigação, elaboração simbólica e construção de sentidos sobre a realidade, ampliando formas de compreensão da experiência humana.

Educação, Práticas Artísticas, Inclusão e desafios políticos, educativos e investigativos

Tendo presente estes diferentes tipos de conceitualizações e problematizações, as articulações entre Educação, Práticas Artísticas e Inclusão continuam marcadas por desafios estruturais e epistemológicos. Apesar dos avanços legislativos e discursivos em torno da relevância das artes e da inclusão, persistem desigualdades no acesso aos bens culturais, fragilidades nas políticas educacionais e culturais bem como limitações na formação de mediadores e de professores para o desenvolvimento de práticas pedagógico-artísticas

mais criativas e inclusivas. Além disso, os processos investigativos nesse campo enfrentam dificuldades relacionadas com a interdisciplinaridade, as metodologias de pesquisa inovadoras e a valorização das experiências dos sujeitos envolvidos.

Assim, pode pensar-se que na sociedade portuguesa, nas escolas, nos contextos sociais, no pensamento e na ação existem, e de um modo muito sintético, um conjunto de desafios políticos, educativos e investigativos que atravessam estas articulações destacando-se, igualmente, o potencial transformador das artes nos processos educativos, sociais e territoriais contemporâneos, atendendo as particularidades das diferentes práticas criativas e artísticas abertas às imaginações e ao questionamento das hierarquias sociais e culturais frequentemente reproduzidas pelas instituições formativas e culturais (Innerrarity, 2024).

Desafios políticos

Os desafios políticos relacionados as práticas artísticas, quer no contexto social quer no contexto educativo, revelam tensões entre discursos oficiais e condições concretas de implementação. Embora muitos sistemas educativos reconheçam formalmente a importância da inclusão e da educação artística, as políticas públicas nem sempre garantem recursos adequados para sua efetivação. Um dos principais problemas refere-se à desigualdade no acesso à cultura e às experiências artísticas. Escolas e comunidades localizadas em contextos socialmente vulneráveis tendem a possuir menos infraestruturas culturais, menor acesso a equipamentos artísticos e escassez de profissionais especializados. Tal realidade aprofunda desigualdades educacionais, sociais e culturais e limita as possibilidades de participação cultural de estudantes e de comunidades.

Outro desafio significativo diz respeito à revalorização das artes nos currículos escolares e nas práticas comunitárias. Em muitos contextos, políticas educacionais e culturais orientadas por indicadores de desempenho e produtividade priorizam disciplinas consideradas “centrais”, reduzindo o espaço destinado às práticas artísticas. Essa lógica utilitarista compromete o desenvolvimento global dos estudantes e das comunidades e enfraquece experiências artísticas e/ou educativo-artísticas voltadas para as criatividade, sensibilidade e bem-estar (Vasconcelos *et al*, 2024).

Desafios educativos

No campo educativo, no seu sentido amplo formal e não formal, a implementação de práticas artísticas enfrenta desafios pedagógicos e institucionais complexos. A formação inicial e contínua de mediadores e professores constitui uma das questões centrais. Muitos

profissionais da educação não recebem preparação suficiente para articular educação artística, diversidade cultural e inclusão em suas práticas pedagógicas. A ausência de formação específica dificulta o desenvolvimento de metodologias capazes de atender à heterogeneidade dos estudantes. Em contextos inclusivos, torna-se necessário construir estratégias pedagógicas flexíveis, participativas e sensíveis às diferentes formas de aprendizagem e expressão. As artes oferecem possibilidades importantes nesse sentido, mas exigem abordagens que ultrapassem modelos tradicionais de ensino centrados na reprodução técnica ou na avaliação padronizada.

Um outro desafio refere-se à acessibilidade nas práticas artísticas. O envolvimento de pessoas com diferentes tipos de desenvolvimento cognitivos e culturais, bem como pessoas que pertencem a diferentes tipos de culturas e/ou comunidades requerem adaptações conceituais, científicas, artísticas, físicas, tecnológicas, sensoriais e comunicacionais. Isso implica pensar materiais acessíveis, linguagens múltiplas e ambientes pedagógicos capazes de garantir participação efetiva de todos os sujeitos. Além disso, a escola, e muitas associações comunitárias, reproduzem frequentemente padrões culturais hegemônicos. Determinadas modalidades artísticas e culturais continuam sendo valorizadas em detrimento de outras, o que gera exclusão simbólica de pessoas que pertencem a grupos minoritários ou periféricos. Nesse contexto, a educação e as práticas artísticas inclusivas exigem também a problematização das relações de poder presentes nos currículos e nas práticas culturais escolares e comunitárias.

Desafios investigativos

Os desafios investigativos relacionam-se principalmente com a complexidade interdisciplinar do campo. Estudos sobre educação, arte e inclusão mobilizam diferentes áreas do conhecimento, como pedagogia, sociologia, antropologia, psicologia, estudos culturais e teoria das artes. Essa diversidade epistemológica, embora enriquecedora, exige diálogos metodológicos e conceituais nem sempre consolidados. Outro aspeto importante refere-se à necessidade de valorização das vozes e experiências dos sujeitos envolvidos. Pesquisas contemporâneas têm defendido abordagens participativas, colaborativas e baseadas em práticas artísticas, reconhecendo estudantes, professores e comunidades como produtores de conhecimento.

A investigação baseada em arte (“Arts-Based Research”), por exemplo, destaca-se nesse cenário por utilizar processos artísticos não apenas como objeto de estudo, mas também como metodologia de produção e comunicação do conhecimento. Tais abordagens ampliam possibilidades expressivas e interpretativas, especialmente em contextos inclusivos

e multiculturais. Muitos dos efeitos produzidos pelo envolvimento com as artes — como desenvolvimento da autoestima, criação de bem-estar, fortalecimento identitário, ampliação da participação social e construção de vínculos, a co construção do bem comum — não são facilmente mensuráveis por métodos tradicionais de avaliação educacional e científica.

Em síntese, as relações entre Educação, Práticas Artísticas e Inclusão tornam-se espaços privilegiados de invenção e transformação porque fomentam a construção de novos modos de sentir, pensar e agir no mundo (Silva *et al.*, 2024). Ao valorizar experimentação, participação e imaginação, estas relações ampliam possibilidades de criação individual e coletiva, contribuindo não apenas para a cocriação cultural, mas também, e fundamentalmente, para a formação crítica e democrática dos sujeitos, e por esta via para a co construção de uma sociedade mais justa, culta e cosmopolita.

Organização deste número da revista

Este número é composto por um leque alargado de artigos, traduzindo a multiplicidade e a riqueza de olhares sobre esta temática, decorrente da diversidade de questões e de perspectivas dos autores que colaboraram na sua construção — provenientes do campo da educação, da investigação, das artes, de distintas práticas profissionais, entre outros — e cujos contributos reforçam a relevância e a pertinência social e educativa da emergência de novos territórios de conhecimento.

O número, composto por dezasseis textos, encontra-se organizado da seguinte forma: numa primeira parte, apresenta-se um conjunto de artigos produzidos em contexto académico, no âmbito do Mestrado em Educação, Práticas Artísticas e Inclusão (MEPAI), da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal. Estes artigos, de natureza académica e investigativa, centram-se em problemáticas que cruzam a educação, as práticas artísticas e a inclusão. Tendo na base os trabalhos defendidos publicamente para a conclusão do mestrado (entre 2024 e 2025), os textos procuram, em formato de artigo científico, partilhar as problemáticas e as abordagens metodológicas desenvolvidas pelos/as estudantes, contribuindo de forma muito significativa para a construção/afirmação desta área inter e transdisciplinar.

O número inicia-se com uma reflexão sobre a investigação em educação, com o título *Contributos para a investigação em educação: emergências e deslocamentos com e através das artes*, da autoria de Ana Luísa de Oliveira Pires. O artigo constrói-se em torno

de uma revisão teórico-conceitual e de uma análise qualitativa das abordagens e metodologias de investigação presentes nas dissertações e projetos de intervenção realizados por estudantes do Mestrado em Educação, Práticas Artísticas e Inclusão (MEPAI), destacando as reverberações e os deslocamentos produzidos na investigação em educação, com e através das artes.

Seguidamente, encontra-se um conjunto de textos decorrentes de dissertações realizadas no âmbito do MEPAI, que desvelam distintas problemáticas, contextos, metodologias de investigação, bem como os principais contributos destes estudos.

O artigo de Ana Teresa Fernandes e de Ana Luísa de Oliveira Pires, *Educação ao Longo da Vida e Práticas Artísticas – Narrativas da periferia*, apresenta um estudo sobre educação ao longo da vida e práticas artísticas, desenvolvido num território específico, a partir da análise das narrativas biográficas de cinco artistas da periferia da Área Metropolitana de Lisboa. O estudo revela os processos e contextos nos quais as aprendizagens artísticas ocorreram - maioritariamente fora da escola -, reforçando a importância da legitimação de epistemologias não hegemónicas, enraizadas em vivências territoriais, evidenciando o papel do território como produtor de conhecimento e da periferia como espaço de criação simbólica e de cidadania cultural.

Porque não se descreve a arte: reflexões a propósito de uma pesquisa sobre o Grupo Netos de Bandim, é o artigo seguinte da autoria de Catarina Muller e de António Ângelo Vasconcelos, que relata a experiência empírica, fruto da pesquisa realizada, no quadro da relação entre as artes cénicas, a educação e o desenvolvimento social na Guiné-Bissau. A aprendizagem enquanto experiência comunitária abre novas formas de construir conhecimento, e o artigo revela, no seu estilo próprio de construção, formas criativas de recriar e elaborar estudos académicos, com foco na descolonização, democratização e acessibilidade ao conhecimento.

O artigo de Liliana Faria e Ana Luisa de Oliveira Pires, *Os contributos do Plano Nacional das Artes para repensar a relação entre Educação, Práticas Artísticas e Inclusão. Um estudo de caso com estudantes Adultos na Escola*, divulga uma parte dos resultados de uma dissertação, focada nas perspetivas dos estudantes imigrantes a frequentar os cursos de Educação e Formação de Adultos e de Português Língua de Acolhimento num agrupamento de escolas, em articulação com o Plano Nacional das Artes. Os resultados apresentados revelam as potencialidades das práticas artísticas como mediadores culturais e sociais, promovendo o desenvolvimento de relações interpessoais, da comunicação e da inclusão.

O artigo *Políticas Juvenis e Culturais e Juvenis no Concelho de Grândola e os desafios da participação juvenil*, de Sílvia Gomes e António Ângelo Vasconcelos, analisa as perceções dos jovens sobre as políticas culturais e juvenis no concelho de Grândola, procurando compreender de que forma condicionam a sua participação, centrando-se nos desafios que afetam a participação juvenil em contextos de baixa densidade populacional. O estudo aponta para o repensar das políticas culturais e juvenis numa lógica de democracia cultural, valorizando a articulação entre educação, práticas artísticas e participação, como estratégia para promover a inclusão social e o envolvimento ativo dos jovens nestes contextos.

Da autoria de João Batista e Ana Luísa de Oliveira Pires, o artigo *Práticas Artísticas e Culturais para a inclusão de estudantes provenientes dos Países de Língua Oficial Portuguesa – um estudo de caso no Instituto Politécnico de Setúbal*, apresenta uma parte dos resultados de uma investigação que problematiza a crescente procura de estudantes dos Países de Língua Oficial Portuguesa (PLOP) nos cursos do IPS. O estudo analisa os constrangimentos destes estudantes no contexto do ensino superior português, e as conclusões reforçam a relevância das práticas artísticas e culturais na promoção da interculturalidade, da participação, da inclusão e da prevenção do abandono académico.

Depois deste conjunto de artigos, apresentam-se três textos que são resultantes de projetos de intervenção do MEPAI e que dão conta dos processos desenvolvidos e dos seus principais resultados.

De Clara Fonseca Bevilacqua e Elisabete X. Gomes, o artigo *Agora vou brincar: Para Arranca para nada*, apresenta um recorte da investigação desenvolvida no âmbito do mestrado, a partir do projeto *Para Arranca - para nada*. Ancorado na a/r/tografia, acompanha caminhadas partilhadas no bairro Alto do São João, em Lisboa, para pensar o brincar, a presença e a co-criação como práticas artístico-educativas. A escrita assume-se como pesquisa viva entre arte, educação e cidade, afirmando o brincar como gesto estético e político, compondo um campo onde rigor académico e o *não-saber* podem coexistir.

Segue-se *Cartografia sonora – quando a metodologia abre possibilidades à transdisciplinaridade*, da autoria de Guilherme Caligari e Elisabete X. Gomes, que aborda a transversalidade como eixo de uma pesquisa-intervenção, manifestando-se na construção do

referencial teórico transdisciplinar, produção e discussão dos dados, recorrendo à cartografia como metodologia e epistemologia. O texto integra o Documento Poético-Sonoro produzido no âmbito do projeto, articulando análise conceptual e criação artística.

O artigo de Inês Lindeza e António Ângelo Vasconcelos *Estendal de memórias – a criação artística com públicos seniores*, apresenta um projeto de intervenção desenvolvido na Academia Sénior do Fundão, com públicos seniores, defendendo que a arte permite não só transmitir ideias e emoções, mas também promover o desenvolvimento pessoal e social. Das conclusões, destaca-se a compreensão de como a arte e as práticas artísticas podem ser uma ferramenta fundamental para desenvolver o indivíduo em termos pessoais e sociais, favorecendo a inclusão e a construção coletiva na comunidade.

Segue-se um conjunto de três textos, de natureza reflexiva, sobre o papel da educação artística e das artes na educação – de crianças, jovens e adultos, com e sem deficiência -, e na tanto no contexto da educação formal como não formal, e das artes na comunidade.

O artigo da autoria de João Pedro Fernandes, *Educação musical e currículo: entre a subsidiariedade e a centralidade político-educativa*, aborda a influência do currículo nos alunos e na sociedade, particularmente focando-se no papel da educação musical. O autor analisa como é que a experiência escolar e a individualidade dos alunos são moldados pelo currículo, refletindo sobre a relação entre alunos e escola, sobre a sua transformação dentro deste contexto e sobre as tensões existentes entre a uniformização curricular e a formação individualizada.

Da autoria de Filipa Francisco, *Como construir uma rede de afetos? A dança como espaço de encontro*, apresenta-se uma reflexão sobre o corpo como espaço relacional, onde comunidade, afeto e política se entrelaçam, a partir das questões: Como se constroem redes de afetos através do corpo? De que forma a dança pode tornar-se um espaço de encontro, de resistência e de transformação coletiva? Através de práticas coreográficas e projetos artísticos, analisa-se construção de identidades coletivas, dinâmicas de grupo e formas alternativas de convivência. Convocando distintos projetos artísticos, a autora evidencia a potência da dança enquanto prática de encontro e de construção coletiva.

O artigo de Paulo Jacob, *Da instituição para o palco – criação musical coletiva como prática de inclusão e educação artística*, desenvolve uma reflexão crítica sobre práticas de intervenção musical com pessoas com deficiência em contextos de criação artística

coletiva, analisando o seu contributo enquanto dispositivos de participação cultural, agência social e educação artística inclusiva. Partindo da experiência profissional do autor em projetos de música inclusiva, examina o potencial das práticas musicais colaborativas na reconfiguração de papéis sociais e culturais associados à deficiência, bem como os contributos destas práticas na construção de contextos artísticos e educativos mais participativos, plurais e inclusivos.

Como referimos anteriormente, este número temático, para além de estudos de natureza académica e de reflexões sobre as práticas profissionais, inclui ainda um conjunto de entrevistas realizadas a artistas mediadores, produzidas no âmbito de um projeto de investigação desenvolvido por docentes da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal – António Ângelo Vasconcelos, Ana Luísa de Oliveira Pires e Gina C. Lemos - denominado “Investigar e avaliar o projeto ReCriar-Se” e desenvolvido na Cáritas Diocesana de Setúbal com um conjunto de participantes em situação de sem abrigo (cf. <https://ese.ips.pt/comunidade/projetos/investigar-e-avaliar-o-projeto-recriar-se/>).

A primeira das entrevistas, realizada a Carlos Xavier, artista mediador da área da música, tem como título *Música: a partilha e a confiança no trabalho artístico, no voltar a tornar-se pessoa*. A segunda entrevista, ao artista mediador Fernando Pinho, da área da fotografia, intitula-se *Fotografia: Estimular e não condicionar o olhar*. A terceira entrevista, a Maria José Brito, artista mediadora das artes visuais, é designada de *Artes Plásticas: o acreditar em si próprias e aquilo que se faz vale a pena*.

Estas três entrevistas destacam as conceções dos artistas mediadores sobre o papel das artes em geral, bem como nas suas especificidades (Música, Fotografia e Artes Plásticas), no trabalho com públicos em situações de exclusão, descrevendo os processos de trabalho desenvolvidos em termos pessoais, sociais e artísticos, bem como a sua perceção sobre os principais contributos do projeto “Recriar-se”, para as pessoas envolvidas e para a comunidade.

No final do número, a Carta de Raul Iturra ao Autor de *A Triade Disjuntiva: Literatura, Antropologia e Educação*, entrelaçada numa escrita inventiva e reflexiva - entre a recensão de um livro e a narrativa biográfica - revela os laços existentes numa relação académica baseada em afectos. A Carta analisa o último livro de Luiz Souta, no qual se cruzam

a literatura, a antropologia e a educação. Para Iturra, “trata mais profundamente de como a ciência social, especialmente a nossa Antropologia e as Ciências da Educação, por uma parte, estudam o ensino, a escola e os seus actores, por outra, criam um entramado de teoria do que deve ser ensinado, o que é omitido e o que deve ser melhorado para que a educação contribua para a progressão da vida social, ambas civil, de iniciados ou de cientistas”.

Referências Bibliográficas

- Becker, H. (1984). *Art Worlds*. University of California Press.
- Bourriaud, N. (2021). *Estética relacional*. Adriana Hidalgo Editora
- Cruz, H. (2022). *Práticas Artísticas, participação e políticas* (2ª ed.). Edições Colibri.
- Cruz, H. (coord.) (2023). *Arte, Reinvenção e Futuros*. Fundação Calouste Gulbenkian. https://cdn.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2023/01/Arte-Reinvencao-e-Futuros-1_opt.pdf.
- Dewey, J. (2023). *Experiência e educação*. Editora Vozes.
- Freire, P. (2011a). *Pedagogia do oprimido* (50ª ed.). Paz e Terra.
- Freire, P. (2011b). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa* (43ª edição). Paz e Terra.
- Innerrarity, D. (2024). *Liberdade e democracia*. Relógio d'Água.
- Matarasso, F. (2019). *Uma Arte Irrequieta. Reflexões sobre o triunfo e importância da prática participativa*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Matarasso, F. (2021) Uma reflexão preliminar sobre arte, transformação social e ética. In A. Goldbard, & F. Matarasso (coord.) *Ética e arte participativa. Cadernos Arte e Comunidade n°1* (pp. 4-7). Fundação Calouste Gulbenkian. https://cdn.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2021/05/2021_AC_Etica-e-Arte-Participativa.pdf.
- Rancière, J. (2009). *A partilha do sensível*. Ed. 34.
- Silva, J. J. G. da, Pontes, J. T. L. ., Freitas, J. H. R. de, & Freire, R. L. V. . (2024). Arte como catalisadora da mudança social: Diálogo intercultural, empatia e construção de um futuro mais justo: Art as a Catalyst for Social Change: Intercultural Dialogue, Empathy, and Building a More Just Future. *RCMOS - Revista Científica Multidisciplinar O Saber*, 1(1). <https://doi.org/10.51473/rcmos.v1i1.2024.620>.

Vasconcelos, A. A., Pires, A. L. O. & Lemos, G. C. (2024). *Práticas artísticas, envolvimento e bem-estar: o projeto recriar-se*. Instituto Politécnico de Setúbal. <http://hdl.handle.net/10400.26/52211>.